



# Operadores e IGAC bloquearam duas mil transmissões ilegais de futebol

Acordo entre operadores de telecomunicações e a direcção-geral que fiscaliza os direitos de autor e direitos conexos travou *streamings*-piratas de jogos da Liga Nos e da Taça de Portugal

## Telecomunicações Ana Brito

A acção concertada dos operadores de telecomunicações e da Inspeção-geral das Actividades Culturais (IGAC) contra a pirataria de conteúdos resultou no bloqueio de quase duas mil transmissões ilegais de jogos de futebol através da Internet no ano passado.

Segundo dados da entidade que combate a violação de direitos de autor e direitos conexos, foram bloqueadas 1981 páginas, correspondentes a 630 *websites* (agregadores de páginas *web*), dos quais só 8% estão sediados em servidores nacionais.

"Todos os *sites* bloqueados dedicam-se, no todo ou em parte, à transmissão de jogos de futebol da Liga Nos ou da Taça de Portugal", revelou a IGAC ao PÚBLICO, sem identificar os nomes dos *sites* a que os clientes dos operadores de telecomunicações ficaram impedidos de aceder ao longo de 2019.

Trata-se do resultado de um acordo assinado em Dezembro de 2018, entre a IGAC, o Movimento Cívico Antipirataria na Internet (Mapinet) e as entidades que representam os operadores de telecomunicações (a Aritel) e o sector audiovisual (a Fevip e a Gedi-pe), e que permitiu pôr em prática um "mecanismo técnico adequado aos eventos em directo e ao vivo", que bloqueia o acesso aos *sites* que fazem as transmissões (ou *streaming*) ilegais destes conteúdos.

Com ele, as entidades que têm os direitos de transmissão dos jogos (a Sport TV, nos casos da Taça de Portugal e Liga Nos (aqui, com excepção dos jogos do Benfica em casa, que são transmitidos pela BTV) passaram a poder alertar a IGAC para as emissões *online* pirateadas e a conseguir, em tempo útil, o seu bloqueio.

"Pela sua própria natureza e sob pena de inutilidade", estas práticas exigem "actuação mais célere", refere a IGAC. Sempre que há uma denúncia, a IGAC avalia os elementos e confirma se a transmissão é ilegal.

Se assim for, "notifica os operadores de telecomunicações no sentido do bloqueio do acesso". Além disso,



Canais de TV enfrentam concorrência da pirataria de conteúdos

**Foram bloqueadas 1981 páginas, correspondentes a 630 *websites* (agregadores de páginas *web*), dos quais só 8% estão sediados em servidores nacionais**

faz a participação criminal ao Ministério Público por violação do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

O bloqueio dura duas horas, mas, "caso se mantenham os pressupostos de exibição de obras sem autorização, é pedido posteriormente o encerra-

mento dos referidos *websites*" por um período de um ano.

O *streaming* ilegal e a subscrição de serviços de distribuição do sinal por IPTV (com recurso a uma *smart TV* ou a uma *box*, que se compra facilmente em *sites* de comércio electrónico e que garante o acesso a centenas de canais por uma mensalidade reduzida) são duas das grandes dores de cabeça dos operadores, que fazem negócio com a oferta televisiva e que, nos últimos anos, investiram fortunas em direitos de transmissão de futebol, que agora têm de rentabilizar. A Nos, Meo e Vodafone são também accionistas da Sport TV.

### Medida dissuasora

Os operadores reconhecem que a partilha e disponibilização ilícita de conteúdos, "principalmente via *streaming*, tem vindo a aumentar exponencialmente". Segundo a *Exame Informática*, a Aritel estima que a

pirataria custe entre 145 e 368 milhões de euros ao sector audiovisual (incluindo os operadores) e perdas de receita fiscal entre 66 a 166 milhões.

Uma fonte dos operadores contactada pelo PÚBLICO reconheceu que o *streaming* e o recurso à IPTV atinge essencialmente os eventos desportivos e que se agravou a partir do Verão de 2018, com a entrada no mercado da Eleven Sports, e do longo braço de ferro travado em seguida com os maiores operadores, que só passaram a disponibilizar estes canais em Fevereiro de 2019.

Apesar de não ter subscrito o acordo com a IGAC, a Eleven Sports já reuniu com o MapiNet "para perceber como pode contribuir, dentro das suas possibilidades, para combater a pirataria", e partilhou o nome de vários *sites* que foi identificando "desde o arranque da operação".

A Eleven Sports "já alcançou uma quota de mercado superior a 20% de

subscritores de *premium sports*" e continua diariamente "a identificar e controlar" os chamados piratas, não só no *streaming*, "como nas plataformas de IP Box", revelou o director-geral, Jorge Pavão de Sousa.

A Sport TV, que face à perda de assinantes em 2018, definiu o combate à pirataria como um desígnio de todos os trabalhadores do grupo, entende que é preciso uma maior "sensibilização dos portugueses" para o tema e, sobretudo, "penalizar os prevaricadores". Diz que "é nesta filosofia que se enquadra o acordo feito com o IGAC, que tem funcionado como uma medida dissuasora bastante eficaz".

Quanto aos operadores de telecomunicações, defendem o agravamento das penas para quem "comercializa" ilegalmente os conteúdos, "mais meios humanos especializados e técnicos para as unidades de combate a este tipo de crime" e "maior capacidade para limitar o acesso aos domínios ou aos IP que suportam o *streaming*, agilizando administrativamente o seu *takedown*".

Tiago Bessa, coordenador da área de comunicações e tecnologias de informação da Vieira de Almeida salienta que "há várias componentes na equação que têm de ser consideradas; a questão legislativa e regulatória por si só não chega, tem de haver uma componente comercial".

Para o advogado, "o combate à pirataria também se pode fazer através de melhores ofertas comerciais, com mais qualidade, escolha e com preços mais competitivos. É a lógica da Netflix e do Spotify", adiantou.

Sobre o bloqueio dos *streamings* ilegais, a IGAC assegura que "o acordo tem tido efeitos positivos" e que resultou "numa redução do número de *sites* reportados". "Haverá alguns prevaricadores que contornam o bloqueio através de outras vias, mas parte significativa deixa de o fazer", acrescenta.

A entidade destaca ainda "um efeito dissuasor importante, que é o de elucidar muitos utilizadores sobre a ilicitude" de algumas transmissões, algo de que nem todos se apercebem "num primeiro momento".

ana.brito@publico.pt